

UDR mobiliza seu 'lobby' por isenção

AGÊNCIA ESTADO

Um esquema de mobilização e lobby maior do que o da reforma agrária está sendo montado pela UDR em Brasília para a votação, na próxima semana, das emendas Humberto Souto (PFL-MG) e Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que beneficiam os microempresários e os pequenos e médios agricultores. A entidade, segundo seu presidente, Roosevelt Roque dos Santos, não quer a anistia das dívidas, apenas a anulação da correção monetária sobre os financiamentos agropecuários, que considera ilegal.

Roosevelt dos Santos prevê que a votação das duas emendas provocará o maior lobby já exercido sobre a Constituinte, uma vez que à UDR se juntarão os setores que representam a livre iniciativa urbana — o Movimento Democrático Urbano (MDU) e as associações de pequenos e microempresários.

A emenda do deputado Humberto Souto concede anistia às dívidas e a do senador Mansueto de Lavor extingue a correção monetária dos empréstimos registrados desde o início do Plano Cruzado até 31 de dezembro de 87. A UDR pretende a aprovação de um novo texto, acabando com a correção monetária para todos os financiamentos aos microempresários e pequenos e médios agricultores.

De acordo com Roosevelt, que não apóia a anistia pura e simples, a cobrança de correção monetária para os financiamentos rurais é ilegal. Ele lembra que em 1965, ao votar a lei que regula os empréstimos para o setor agrícola, o Congresso rejeitou a correção monetária, que no entanto é cobrada desde 81 por ordem do Conselho Monetário Nacional. "Ainda que não houvesse esse lado legal, deveria haver sensibilidade do governo para entender que o setor é importante e está inadimplente, sem condições de pagar a correção", acrescenta o ex-presidente da UDR, Ronaldo Caiado.

BANQUEIROS

O presidente do Sindicato Rural Patronal de São José do Rio Pardo, Adriano Ribeiro da Silva, disse ontem que, paralelamente ao movimento do setor agrícola, favorável às emendas de Humberto Souto e Mansueto de Lavor, "está havendo grande pressão dos banqueiros, que formaram um lobby com o apoio do ministro do Planejamento e do presidente do Banco do Brasil, argumentando que não têm condições de arcar com os prejuízos, se a correção monetária for anulada".

Segundo Ribeiro, se as emendas não forem aprovadas, o setor produtivo vai parar, acarretando desemprego e crise de abastecimento. Ele lembrou que são mais de 700 mil os produtores rurais executados judicialmente pelos bancos. "Estão todos animados com a possibilidade de pagarem seus débitos sem a correção monetária", concluiu.